

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DO ALTO SÃO FRANCISCO

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ALEXANDRA SILVA PEREIRA

**AUDITORIA INTERNA: um estudo de caso em uma Cooperativa de Crédito de Livre
Admissão do Centro-Oeste mineiro**

LUZ - MG

2018

ALEXANDRA SILVA PEREIRA

**AUDITORIA INTERNA: um estudo de caso em uma Cooperativa de Crédito de Livre
Admissão do Centro-Oeste mineiro**

**Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado
à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto
São Francisco - FASF, como quesito parcial para
obtenção do título de bacharel em Ciências
Contábeis, curso de Ciências Contábeis.**

Área de concentração: Auditoria

Orientador: Pedro Henrique Melillo

LUZ - MG

2018

Catálogo: Antônio Jorge Resende Junior / Biblio. Crb 6/2041

Pereira, Alexandra Silva

P489a Auditoria interna: um estudo de caso em uma Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Centro-Oeste mineiro. Alexandra Silva Pereira. Luz – MG: FASF -- 2018.

57f.

Orientador: Prof^a Mes. Pedro Henrique Melillo

Monografia apresentada à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Alto São Francisco no Curso de Contabilidade.

1. Auditoria Interna. 2. Cooperativa de Crédito. 3. . Importância da auditoria.
I. Título.

CDD 657

ALEXANDRA SILVA PEREIRA

**AUDITORIA INTERNA: um estudo de caso em uma Cooperativa de Crédito de Livre
Admissão do Centro-Oeste mineiro**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado
à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto
São Francisco - FASF, como quesito parcial para
obtenção do título de bacharel em Ciências
Contábeis, curso de Ciências Contábeis.

BANCA EXAMINADORA

Orientador
Prof. Me. Pedro Henrique Melillo

Prof^ª. Me. Mônica Lucindo

Aline Xavier Silva

Luz, 21 de Novembro de 2018

RESUMO

O presente estudo fala sobre a importância da auditoria interna para as organizações. Teve por objetivo demonstrar a importância desta ferramenta em uma Cooperativa de Crédito de Livre Admissão situada em um município do Centro-Oeste mineiro. Para a concretização deste estudo, foi realizada pesquisa bibliográfica a respeito do tema e foram aplicadas entrevistas aos membros do Conselho de Administração da instituição analisada, sendo efetuada uma análise de conteúdo, em que se pontua o que foi dito em entrevista. De acordo com as entrevistas, concluiu-se que a auditoria interna é utilizada na cooperativa analisada há bastante tempo, sendo que esta avalia os procedimentos desenvolvidos pela empresa e busca por possíveis falhas nos controles dessas atividades, objetivando constatar veracidade nas informações geradas, podendo atuar na prevenção e detecção de erros, fraudes, práticas inadequadas e mitigação de riscos, por meio da supervisão e monitoramento dos controles que a organização possui. Também é importante para o processo de tomada de decisões, sendo também uma ferramenta utilizada para o cumprimento das boas práticas de governança corporativa. Possibilita maior confiabilidade nas informações geradas, agregando valor à organização e preservando seus ativos. Além das vantagens obtidas por meio da auditoria interna, ao adotar esta ferramenta, a Cooperativa de Crédito está atendendo às normas impostas pelo BACEN que, em sua Resolução nº 4.588/2017, cita que as instituições financeiras devem implementar e manter atividade de auditoria interna.

PALAVRAS-CHAVE: Auditoria Interna. Cooperativa de Crédito. Importância da auditoria.

ABSTRACT

The present study talks about the importance of the internal audit to the organizations. It had as objective demonstrate the importance of this tool in a Cooperative of Free Admission Credit situated in one county of Midwest miner. For the concretization of this study, it was realized bibliographical research a respect of theme and were applied interviews to members of the Administrative Council of the institution analysed, being performed a content analysis, where it scores what was said in interview. According with the interviews, it is concluded that the internal audit is used in the analized cooperative for a long time, being that it assesses the developed procedures for the company and search for the possible failures in the controls of these activities, objectifying to verify veracity in the informations generated, being able to act in the prevention and detection of mistakes, cheats, inadequate practices and mitigation of risks, through the supervision and monitorating of the controls that the organization has. It is also important to the process of decisions-making, being too a tool used for the fulfillment of the good practices of governance cooperative. Enables greater reliability in the generated informations, aggregating value to organization and preserving their actives. Beyond the advantages obtained by means of the internal audit, when adopting this tool, the Credit Cooperative is complying with the standards imposed by BACEN, where, as in its resolution n° 4.588/2017, says that the financial institutes should implement and maintain activity of internal audit.

Key Words: Internal Audit. Credit Cooperative. Importance of the Audit.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -Classificações da auditoria quanto aos fins que se destina.....	17
Quadro2 -Diferenças entre auditor interno e auditor externo.....	21
Quadro3 -Procedimentos nos testes de observância.....	22
Quadro4 -Procedimentos de auditoria.....	25
Quadro5 -Tipos de relatórios emitidos por auditores independentes.....	28
Quadro6 -Princípios das boas práticas de governança.....	31
Quadro7 -Princípios de sociedades cooperativas.....	32
Quadro8 -Respostas dos entrevistados referentes à pergunta 1.....	38
Quadro9 -Respostas dos entrevistados referentes à pergunta 2.....	39
Quadro10 -Respostas dos entrevistados referentes à pergunta 3.....	40
Quadro11 -Respostas dos entrevistados referentes à pergunta 4.....	41
Quadro12 -Respostas dos entrevistados referentes à pergunta 5.....	42
Quadro13 -Respostas dos entrevistados referentes à pergunta 6.....	43
Quadro14 -Respostas dos entrevistados referentes à pergunta 7.....	44
Quadro15 -Respostas dos entrevistados referentes à pergunta 8.....	45
Quadro16 -Respostas dos entrevistados referentes à pergunta 9.....	46
Quadro17 -Respostas dos entrevistados referentes à pergunta 10.....	47
Quadro18 -Respostas dos entrevistados referentes à pergunta 11.....	48
Quadro19 -Respostas dos entrevistados referentes à pergunta 12.....	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AUDIBRA	Instituto dos auditores internos do Brasil
BACEN	Banco Central do Brasil
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
CMN	Conselho Monetário Nacional
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Justificativa.....	11
1.2 Problema	12
1.3 Objetivos	12
1.3.1 Objetivo geral	12
1.3.2 Objetivos específicos.....	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 Origem da Auditoria	13
2.2 Demonstrações Contábeis a serem auditadas	13
2.3 Princípios Fundamentais de Contabilidade	15
2.4 Auditoria	16
2.4.1 Tipos de Auditoria.....	17
2.4.1.1 Auditoria Externa	18
2.4.1.2 Auditoria Interna	19
2.4.1.3 Diferenças entre Auditoria Externa e Interna.....	20
2.4.2 Procedimentos de Auditoria.....	22
2.4.3 Riscos de Auditoria	23
2.4.4 Planejamento de auditoria	24
2.4.5 Procedimentos utilizados na Auditoria	25
2.4.6 Papéis de trabalho	27
2.4.7 Relatórios de Auditoria	28
2.5 Controles Internos.....	29
2.6 Governança Corporativa	31
2.7 Sociedades Cooperativas	32
3 METODOLOGIA	34

3.1 Sob o ponto de vista da abordagem	34
3.2 Sob o ponto de vista dos objetivos	34
3.3 Sob o ponto dos procedimentos técnicos	35
3.4 Unidade de análise	35
3.5 Instrumentos de coleta de dados.....	36
3.6 Tratamento de dados	36
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	37
4.1 Benefícios da auditoria interna para a empresa	37
4.2 Análise de conteúdo	37
5 CONCLUSÃO	51
REFERÊNCIAS	53
APÊNDICES.....	56

1 INTRODUÇÃO

As cooperativas de crédito buscam cada vez mais qualificar os serviços oferecidos aos seus associados, buscando ampliar a satisfação dos mesmos e garantir sua solidificação no mercado. Para isso, é preciso conhecer os procedimentos internos e verificar se estes estão sendo cumpridos corretamente, utilizando, por exemplo, a auditoria interna.

Dentro das organizações, são necessárias informações reais e fidedignas, a fim de que os gestores possam ter subsídios para a tomada de decisões, possibilitando que esse processo seja seguro e de forma a salvaguardar os ativos da empresa.

De acordo com Dias(2015), a auditoria interna serve para avaliar e melhorar a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança, podendo auxiliar a minimizar as chances de fraudes, erros ou práticas inadequadas. A auditoria interna avalia os procedimentos desenvolvidos pela empresa e busca possíveis falhas no controle dessas atividades, objetivando minimizar riscos e constatar veracidade e exatidão nos dados e informações geradas, podendo auxiliar os gestores no processo de tomada de decisões e proporcionar maior qualidade e eficiência na organização.

A auditoria, de acordo com Franco e Marra (2011), surgiu para que fosse possível a confirmação dos registros contábeis, trazendo maior segurança para os empresários, já que sua principal função é o processo de conferência de todos os registros contábeis da empresa. Desta forma, os auditores previnem erros e fraudes, buscando melhor funcionamento das entidades, cruzando os dados e analisando a veracidade dos processos contábeis.

As funções do auditor, segundo Peres Júnior (2012), vai além da averiguação e detecção de eventuais desvios no sistema de controle, devendo este preocupar com a manutenção dos sistemas da empresa, ou seja, o auditor deve atuar de forma preventiva e apresentar sugestões para possíveis falhas. Para isso, é fundamental a independência, fator primordial para a realização do trabalho do auditor, considerando que ele deve ser imparcial para chegar a resultados pautados em credibilidade e isenção.

O auditor interno pode apresentar subsídios para aperfeiçoamento nos processos organizacionais, trazendo qualidade para a empresa. Pode também trazer mais segurança quanto à exatidão de seus demonstrativos contábeis, garantindo a veracidade de suas informações.

Em vista disso, este Trabalho de Conclusão de Curso aborda o tema: Auditoria Interna, com o propósito de demonstrar a importância da auditoria interna em uma Cooperativa de

Crédito de Livre Admissão, situada em um município do Centro-Oeste mineiro, pontuando suas atribuições e obrigações para com as mesmas.

A abordagem técnico-conceitual é elaborada com base nos estudos de renomados autores, que foram, entre outros: Franco e Marra (2011) e Peres Júnior (2012), referente normas e procedimentos de auditoria; Dias (2015), sobre auditoria de processos organizacionais; Crepaldi; Crepaldi (2016), que retrata sobre os tipos de auditoria e suas distinções; Lei 5.764/1971, que trata do regime jurídico das sociedades cooperativas e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (Conselho Federal de Contabilidade), que aborda princípios e normas brasileiras de auditoria.

A abordagem técnico-metodológica é elaborada mediante abordagem qualitativa, sendo pesquisa descritiva, exploratória e um estudo de caso.

1.1 Justificativa

Este trabalho se justifica pelo fato de a auditoria interna ser uma ferramenta essencial para o controle dos processos contábeis, atuando na prevenção de fraudes e auxiliando no processo de tomada de decisões, aumentando a transparência da empresa, reduzindo custos e desenvolvendo melhor gestão.

Essa abordagem é importante tanto para a empresa quanto para seus usuários (associados, fornecedores, Banco Central), pois visa mostrar a importância da auditoria interna para avaliar e melhorar a efetividade dos processos contábeis, de gerenciamento de riscos, controle e governança, auxiliando na minimização das chances de fraudes, erros ou práticas inadequadas.

A escolha da cooperativa se deu pelo fato de disponibilizar informações à pesquisadora para realização deste Trabalho de Conclusão de Curso. As cooperativas de crédito são de grande importância para as comunidades nas quais estão inseridas, uma vez que buscam promover melhorias e prestar serviços similares aos de bancos comerciais aos seus associados, não buscando apenas o lucro em seus negócios.

A realização desta pesquisa também foi importante para a pesquisadora no âmbito acadêmico, pois proporcionou a oportunidade de conhecer as particularidades de sociedades cooperativas e a possibilidade de verificar a aplicação de auditoria interna em uma empresa, ampliando seus conhecimentos e promovendo, assim, encurtamento entre a academia e o mercado.

1.2 Problema

A auditoria interna permite avaliar e melhorar a efetividade dos processos contábeis, de gerenciamento de riscos, controle e governança, auxiliando a minimizar as chances de fraudes, erros ou práticas inadequadas.

Considerando que a auditoria interna avalia os procedimentos desenvolvidos pela empresa e busca por possíveis falhas no controle dessas atividades, objetivando minimizar riscos e constatar veracidade e exatidão nos dados e informações geradas, podendo proporcionar maior qualidade e eficiência na organização, é importante demonstrar à cooperativa e aos seus usuários externos a importância da auditoria interna.

Assim, a pesquisadora visualizou, através deste tema, a oportunidade de mostrar a importância da auditoria interna para melhorar os resultados de uma empresa.

Por isso, a questão problema da pesquisa é a seguinte: Qual a importância da auditoria interna em uma Cooperativa de Crédito de Livre Admissão situada em um município do Centro-Oeste Mineiro?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Demonstrar a importância da auditoria interna em uma Cooperativa de Crédito de Livre Admissão situada em um município do Centro-Oeste Mineiro.

1.3.2 Objetivos específicos

- Demonstrar a importância da auditoria interna no processo decisório dentro de uma organização;
- Evidenciar o papel da auditoria interna para a prevenção de fraudes;
- Avaliar quais os benefícios que a auditoria interna traz para a empresa, no conceito de autores;

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Considerando o problema e objetivos propostos pela pesquisa, nesta seção são apresentados a origem, os conceitos, as demonstrações a serem auditadas e a definição de auditoria. Também apresentam-se os tipos de auditoria e as diferenças entre elas, além do planejamento, dos testes e da opinião de auditoria. Ainda será abordado o conceito e a importância de sociedades cooperativas.

2.1 Origem da Auditoria

De acordo com Franco e Marra (2011), a auditoria teve início na Inglaterra, que foi o primeiro país a possuir grandes companhias de comércio e a primeira também a implantar a taxaço do imposto de renda, baseada no lucro das empresas. Surgiu da necessidade de confirmação dos registros contábeis, em virtude do crescimento das organizações, sendo que sua evolução ocorreu de forma paralela ao desenvolvimento econômico, pois a confirmação dos registros contábeis visa proteger o patrimônio das entidades.

Na visão de Almeida (2017), com a expansão do mercado e o aumento da concorrência, houve a necessidade de a empresa investir no desenvolvimento tecnológico e aprimorar os controles e procedimentos internos em geral, principalmente visando à redução de custos e, portanto, tornando mais competitivos seus produtos e serviços no mercado.

Para Attie (2011), a auditoria surgiu com a necessidade de confirmação da realidade econômica das organizações por parte dos empresários e investidores. Foi desenvolvida para auxiliar os administradores e proporcionar maior confiabilidade nos processos contábeis das empresas.

O próximo tópico fala sobre as demonstrações a serem auditadas, já que o objetivo principal do auditor independente é emitir uma opinião sobre as demonstrações contábeis.

2.2 Demonstrações Contábeis a serem auditadas

Dentre os demonstrativos a serem avaliados pelos auditores, está o Balanço Patrimonial que, de acordo com Almeida (2012), é uma demonstração que relata os bens, direitos, obrigações e a participação dos acionistas na empresa, demonstrando a posição patrimonial da empresa.

Segundo Padoveze (2014), o ativo representa todas as aplicações de recursos dentro de uma empresa, enquanto o passivo representa todas as fontes de recursos que entraram na empresa, podendo ser de recursos próprios ou de terceiros.

O balanço patrimonial apresenta como característica “eventos que provocam alterações na situação patrimonial da empresa, em função das operações por ela realizadas” (YAMAMOTO; PACCEZ; MALACRIDA, 2011, p.20).

Outro demonstrativo é a Demonstração do Resultado do Exercício que, segundo Almeida (2012), tem o objetivo de demonstrar o lucro ou prejuízo em determinado exercício social, refletindo no Balanço Patrimonial.

Dentre os componentes da DRE, serão apresentadas, conforme Ribeiro (2014), as receitas brutas, provenientes da venda de mercadorias, venda de produtos ou receita de serviços. Após a receita bruta, são demonstradas as deduções de vendas, abatimentos e impostos, resultando na receita líquida. Do valor encontrado, deduzem-se os custos das mercadorias e serviços, resultando no lucro bruto. Em seguida, são demonstradas as despesas operacionais ocorridas no período, chegando-se assim, com essa subtração, ao lucro operacional.

Outra demonstração a ser avaliada é a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, que tem como objetivo mostrar as modificações ocorridas no patrimônio líquido em determinado período. Silva (2010) referencia que este demonstrativo traz informações que complementam o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício.

A Demonstração de Fluxos de Caixa demonstra as alterações nas contas de caixa e equivalentes de caixa em determinado período, sendo que os fluxos operacionais descrevem basicamente as transações registradas na Demonstração do Resultado do Exercício. Os fluxos de investimentos são determinados por variações no ativo não circulante e destinados à atividade operacional de produção e vendas da empresa (imobilizado) e os fluxos de financiamentos referem-se basicamente às operações com credores e investidores (empréstimos e financiamentos). Seu objetivo é apresentar transações que correspondem à movimentação de recursos financeiros da empresa, obviamente, “aquelas transações que não movimentam dinheiro não devem integrá-la” (RIBEIRO, 2014, p.93).

A Demonstração do Valor Adicionado, segundo Almeida (2012), aborda o valor de riqueza gerada pela companhia e a sua distribuição. A distribuição da riqueza criada deve ser detalhada da seguinte forma: pessoal e encargos; impostos, taxas e contribuições; juros e aluguéis; juros sobre o capital próprio e dividendos; lucros retidos ou prejuízos do exercício.

As notas explicativas, de acordo com Silva (2010), são parte integrante das demonstrações contábeis e divulgam informações necessárias para a compreensão dos respectivos demonstrativos por parte dos auditores, garantindo assim informações completas e confiáveis sobre a situação financeira e os resultados da organização.

Os profissionais de auditoria, independente ou interno, no exercício de suas atividades, devem observar os princípios de Contabilidade, considerando que sua inobservância constitui infração ao Código de Ética do Contador. Os princípios contábeis são o assunto abordado no próximo tópico.

2.3 Princípios Fundamentais de Contabilidade

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade (2008), através da Resolução 750, cita que os princípios de contabilidade são os seguintes: princípio da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência.

A Resolução 750 retrata que o princípio da entidade reconhece o patrimônio como objeto da Contabilidade, citando a necessidade da diferenciação do patrimônio particular com o da empresa, ou seja, o patrimônio da entidade jamais deve confundir-se com o de seus sócios ou proprietários. O da continuidade afirma que o patrimônio da entidade depende das atividades que se desenvolverão, ou seja, depende da continuidade de suas operações.

Para Iudícibus (2010), o princípio de oportunidade significa o registro de todas as alterações ocorridas no patrimônio da entidade, no momento em que elas ocorrem e com a extensão correta, garantindo integridade e tempestividade no registro das informações registradas na contabilidade. O registro pelo valor original refere-se ao registro das mutações do patrimônio pelo valor original das transações.

Para o Conselho Federal de Contabilidade (2008), princípio de competência é a obrigação de registrar cada fato no período em que acontecem, de acordo com o seu fato gerador, independente de pagamento ou recebimento. O princípio da prudência propõe sempre a adoção do menor valor para os componentes do ativo e de maior valor para os componentes do passivo, sempre que se apresentarem alternativas igualmente válidas para o seu registro.

O próximo tópico fala sobre o conceito de auditoria, que, considerando princípios éticos e de contabilidade, avalia os demonstrativos contábeis e, após a realização de testes, emite relatórios e opinião sobre a veracidade das demonstrações financeiras.

2.4 Auditoria

A auditoria, para Franco e Marra (2011), é o exame de documentos, livros e registros, para obtenção de informações, internas e externas, relacionadas para o controle do patrimônio, tendo o objetivo de mensurar a exatidão dos registros, dos processos e das demonstrações contábeis. Confirmando a veracidade das informações geradas, a auditoria contribui para dar credibilidade da contabilidade fornecida pela organização junto ao mercado.

A auditoria é caracterizada como “um processo de trabalho pautado em verificações, finalizado com a elaboração de um relatório” (SILVA, 2012, p.3).

Conforme Velter e Missaglia (2015), a auditoria tem como objetivo fornecer maior grau de confiança aos usuários dos relatórios contábeis. Sendo assim, o auditor expressa uma opinião sobre as demonstrações contábeis após uma profunda análise para verificar se elas foram elaboradas em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.

Com a evolução da contabilidade, a auditoria deixou ser o instrumento de mera observação, tornando-se dinâmica, servindo como orientação, interpretação e previsão dos fatos. Por isso, atualmente, auditoria pode ser entendida como “o levantamento, o estudo e a avaliação sistemática das transações, procedimentos, rotinas e demonstrações financeiras de uma entidade, com o objetivo de fornecer a seus usuários uma opinião imparcial e fundamentada em normas e princípios sobre sua adequação” (PERES JÚNIOR, 2012, p. 2).

O profissional de auditoria, na visão de Attie (2011), deve ser alguém ético e com profundo equilíbrio, pois sua opinião influenciará outras pessoas, principalmente com relação às decisões financeiras e comerciais. Por isso, o auditor precisa obedecer aos princípios éticos profissionais, que são independência, integridade, eficiência e confidencialidade. A independência é condição primordial para o exercício da auditoria, devendo ser o profissional imparcial na interpretação de elementos de prova.

Franco e Marra (2011) citam que a integridade, princípio presente no código de ética profissional do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, significa não omitir fatos importantes não evidenciados nas demonstrações contábeis, relatar irregularidades, informações ou dados incorretos e não agir com negligência no desempenho de suas atribuições. O sigilo também é de suma importância na função de auditor, considerando que as informações da empresa podem estar ligadas aos interesses de terceiros. O profissional também deve ser eficiente, ou seja, ter conhecimento sobre a matéria fundamental da sua profissão, que é a contabilidade.

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade (2008), na NBC P 1, ao assumir a responsabilidade de uma auditoria, o profissional deve ter conhecimento da atividade da entidade auditada, de forma suficiente para analisar as transações efetuadas e as práticas contábeis adotadas pela empresa, para que sua opinião seja coerente com a realidade.

Para Almeida (2010), os principais órgãos relacionados aos auditores são comissão dos valores mobiliários (CVM), Instituto dos auditores Independentes do Brasil (IBRACON), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Instituto dos Auditores Internos do Brasil (AUDIBRA).

Para Crepaldi e Crepaldi (2016), a auditoria é dividida de acordo com o seu grau de independência, assunto que será abordado no tópico a seguir.

2.4.1 Tipos de Auditoria

Os tipos de auditoria, segundo Franco e Marra (2011), podem ser classificados de acordo com a extensão do trabalho (geral e parcial ou específica), com a profundidade dos exames (revisão integral, por testes ou revisão analítica), com a sua natureza (permanente eventual ou com finalidade específica). A auditoria pode ser classificada de acordo com os fins a que se destina, sendo:

Quadro 1 - Classificações da auditoria quanto aos fins que se destina.

Para acautelar interesses se acionistas e investidores.
Para controle administrativo.
Para apurar erros e fraudes.
Para concessão de crédito
Para apuração do valor real do patrimônio líquido da empresa.
Para cumprimento das obrigações fiscais.
Para atender as exigências legais.
Para confirmar a exatidão das demonstrações contábeis.

Fonte: Adaptado de Franco e Marra (2011).

A auditoria, de acordo com Almeida (2017), pode ainda ser classificada em auditoria externa ou independente e auditoria interna quanto à sua forma de realização e a relação do auditor com a entidade auditada. Segundo o autor, essa divisão aconteceu devido à necessidade de a administração ter uma auditoria mais aprofundada e que não abordasse

apenas as demonstrações contábeis, como abordado na auditoria externa, tema do próximo tópico.

2.4.1.1 Auditoria Externa

Segundo Lins (2017), o objetivo da auditoria externa é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos seus usuários e significa expressar uma opinião através da emissão de um relatório sobre as demonstrações contábeis da entidade e assegurar que estas foram elaboradas de forma relevante e em conformidade com as normas brasileiras de Contabilidade e legislação específica aplicável a empresa auditada.

Para Peter e Machado (2014), auditoria externa ou independente trata-se do exame de registros e relatórios de uma organização, buscando diagnosticar se foram elaborados de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e se são verídicos, ou seja, se retratam fielmente o resultado financeiro da empresa. Essa avaliação pode ser utilizada por acionistas atuais e potenciais, bem como bancos, fornecedores, clientes e governo, ou seja, pelos *stakeholders*.

Segundo Almeida (2017), o auditor independente precisa planejar adequadamente seu trabalho, avaliar o sistema de controle interno relacionado com a parte contábil e proceder à revisão analítica das contas contábeis, a fim de colher as evidências comprobatórias das informações das demonstrações financeiras e avaliar essas evidências.

De acordo com Franco e Marra (2011), a independência do auditor externo deve ser absoluta, não devendo aceitar sugestões ou imposições da instituição auditada quanto aos procedimentos a serem adotados para a realização do trabalho. Somente o auditor deve julgar a extensão necessária dos exames, bem como a determinação da veracidade e validade das provas, para tirar suas conclusões e chegar à sua opinião sobre as demonstrações contábeis da organização.

Niyama e Gomes (2012) citam que havendo situações que possam afetar a independência do auditor, as instituições devem procurar a regularização da situação, o que poderá implicar na substituição do auditor externo ou independente.

Além disso, Attie (2011) acrescenta que o serviço de auditoria externa é individual e intransferível, sendo que o profissional age em seu nome pessoal e assume inteira responsabilidade pelo desempenho de suas atribuições.

Em cooperativas de crédito, por serem instituições financeiras, de acordo com Niyama e Gomes (2012), o auditor deve observar na prestação de seu trabalho, além dos deveres e

responsabilidades dos auditores independentes, as regras e procedimentos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN). No caso de identificação de existência ou evidências de erros e fraudes, o auditor tem o prazo máximo de três dias úteis para comunicar o fato ao Banco Central.

Na visão de Maffei (2015), o trabalho do auditor independente pode ser facilitado pela atuação de uma auditoria interna na empresa, pois esta tende a favorecer o nível de confiança nos processos e, conseqüentemente, na confirmação de movimentos e saldos.

O próximo tópico fala sobre a auditoria interna, que visa avaliar os controles internos, trazendo melhoria de processos e minimização de riscos.

2.4.1.2 Auditoria Interna

De acordo com Almeida (2017), a auditoria interna surgiu para atender à administração das empresas, que precisavam de uma auditoria periódica e com maior grau de profundidade, atendendo também às outras áreas não relacionadas com contabilidade. Surgiu como uma ramificação da auditoria externa, sendo o auditor interno um empregado da empresa, que não deve estar subordinado àqueles cujo trabalho examina e nem desenvolver atividades que um dia possa vir a examinar, para garantir a independência da auditoria.

Para Dias (2015), a auditoria interna geralmente é desempenhada por uma pessoa ou departamento de uma entidade incumbido para verificação e avaliação de sistemas e procedimentos da entidade, com vista a minimizar as probabilidades de fraudes, erros ou práticas ineficazes e tem como principal função a avaliação independente dos processos organizacionais da entidade.

A auditoria interna funciona como instrumento de apoio à gestão e verifica se o controle interno está em efetivo funcionamento, podendo o auditor, quando cabível, dar sugestões para melhoria ou implantação de controles, caso não existam. “Constitui o conjunto de procedimentos que tem por objetivo examinar integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da entidade” (CREPALDI; CREPALDI, 2016, p. 70).

Velter e Missaglia (2015) também falam sobre auditoria interna, dizendo que ela está estruturada em procedimentos, tendo por finalidade agregar valor à organização, apresentando subsídios para a melhoria dos processos, da gestão e dos controles internos, por meio da sugestão de soluções para as não-conformidades apontadas nos relatórios.

Lins (2017) complementa que a auditoria interna busca a identificação de não-conformidades, prevenção ou detecção de falhas de operação, distorções nas atividades administrativas, possibilitando maior confiabilidade das informações geradas, bem como preservando os ativos da empresa.

Segundo Dias (2015), o trabalho do auditor interno será desenvolvido por amostragem, procurando selecionar uma fatia relevante das operações da empresa, considerando a materialidade e importância dessa amostra, possibilitando que os resultados encontrados em seus testes representem um parâmetro aceitável de interpretação dos processos organizacionais. Os resultados encontrados possibilitarão a definição de ações corretivas, permitindo que os processos da entidade se tornem mais rentáveis e ágeis.

De acordo com Velter e Missaglia (2015), a auditoria interna precisa ser documentada por meios de papéis de trabalho, que são documentos e registros dos fatos, informações e provas extraídos do processo de auditoria realizado, com o intuito de evidenciar os exames realizados e dar suporte à sua opinião, críticas, sugestões e recomendações. Também deve assessorar a entidade no trabalho de prevenção de fraudes e erros, obrigando-se a informá-la, sempre por escrito, sobre quaisquer indícios ou confirmações de irregularidades detectadas no desempenho de seu trabalho.

Segundo Lins (2017), fraude aplica-se a ato intencional de omissão ou manipulação de transações, adulteração de documentos, informações e demonstrações contábeis. E erro aplica-se a ato não intencional de desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos na elaboração de registros e demonstrações contábeis, bem como de transações e operações da entidade.

O tópico a seguir retrata sobre as diferenças entre os dois tipos de auditoria quanto a sua forma de realização.

2.4.1.3 Diferenças entre Auditoria Externa e Interna

Para Dias (2015), o auditor externo é um prestador de serviço que trabalha junto com a empresa que o contratou para desenvolver projetos de auditoria, sendo seu trabalho desenvolvido de forma independente, já que não possui nenhum vínculo empregatício com a empresa auditada. Já a auditoria interna é exercida por um funcionário da própria empresa, devendo ter a precaução de que o vínculo empregatício não lhe tire a independência profissional, pois suas funções devem ser exercidas sem interferência da administração.

De acordo com Crepaldi; Crepaldi (2016), a auditoria interna funciona como instrumento de apoio à gestão, objetivando verificar se o controle interno está em efetivo funcionamento, podendo dar sugestões de melhoria dos controles internos ou implantação de controles, caso não existam. Tem por objetivo examinar integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da entidade, agindo antes da auditoria externa, que tem como objetivo expressar opinião se as demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade.

Segundo Maffei (2015), há uma complementação importante entre a auditoria interna e a externa. O trabalho dos auditores externos é bastante facilitado pela atuação de uma auditoria interna, na medida em que a observância dos controles realizados por ela tendem a indicar o nível de confiança nos processos e informações disponibilizadas, o trabalho dos auditores internos, por sua vez, também se beneficia da segurança proporcionada pela existência de um trabalho de auditoria independente ou externa, uma vez que os controles contábeis e os critérios de registro são bem monitorados, auxiliando seu trabalho de monitoramento.

As principais diferenças entre o auditor interno e o auditor externo são as seguintes:

Quadro 2 - Diferenças entre auditor interno x auditor externo(Continua)

AUDITOR INTERNO	AUDITOR EXTERNO
É Empregado da empresa auditada;	Não tem vínculo empregatício com a empresa auditada;
Menor grau de independência e operacional;	Maior grau de independência;
Executa auditoria contábil e operacional;	Executa apenas auditoria contábil;
Os principais objetivos são: <ul style="list-style-type: none"> • Verificar se as normas internas estão sendo seguidas; • Verificar a necessidade de aprimorar as normas internas vigentes; 	O principal objetivo é emitir um parecer ou opinião sobre as demonstrações contábeis, no sentido de verificar se estas refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de

Fonte: Adaptado de Almeida (2012).

Quadro 2 - Diferenças entre auditor interno x auditor externo

(Continuação)

AUDITOR INTERNO	AUDITOR EXTERNO
<ul style="list-style-type: none"> • Verificar a necessidade de normas internas; • Efetuar auditoria das diversas áreas das demonstrações contábeis e em áreas operacionais; 	Caixa da empresa examinada. Também, se essas demonstrações foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis e se esses princípios foram aplicados com uniformidade em relação ao exercício social anterior;
Maior volume de testes (tem maior tempo na empresa para executar os serviços de auditoria).	Menor volume de testes, já que está interessado em erros que individualmente ou cumulativamente possam alterar de maneira substancial as informações das demonstrações contábeis.

Fonte: Adaptado de Almeida (2012).

Embora os objetivos da função de auditoria interna e o do auditor independente sejam diferentes, os meios utilizados pela auditoria interna e pelo auditor independente para alcançar seus respectivos objetivos podem ser semelhantes. Para que o auditor possa obter evidências ou provas suficientes para fundamentar sua opinião, é preciso seguir alguns procedimentos, descritos no tópico a seguir.

2.4.2 Procedimentos de Auditoria

De acordo com Velter e Missagia (2015), dentre os procedimentos de auditoria interna, estão os testes de observância, que visam à obtenção de uma razoável segurança de que os controles internos estão em pleno funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos colaboradores e gestores da empresa. Na aplicação dos testes de observância, devem ser considerados os seguintes procedimentos:

Quadro 3 - Procedimentos nos testes de observância

(continua)

Inspeção	Verificação de registros, documentos e ativos tangíveis
Observação	Acompanhamento do processo durante sua execução

Fonte: Adaptado de Velter e Missagia (2015).

Quadro 3 - Procedimentos nos testes de observância

(continuação)

Investigação e confirmação	Obtenção de informação perante pessoas que conheçam as transações e operações, dentro ou fora da organização.
----------------------------	---

Fonte: Adaptado de Velter e Missagia (2015).

Na visão de Lins (2017), os testes substantivos também fazem parte dos procedimentos da auditoria interna, visando à obtenção de evidências quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informações da entidade, possibilitando ao auditor obter provas e evidências para fundamentar suas conclusões e possíveis recomendações, sendo compostos por testes de detalhes e revisão analítica.

Ainda conforme o autor citado acima, testes de detalhes são aqueles que fornecem evidências se os fatos contábeis foram adequadamente registrados; já a revisão analítica consiste na avaliação pormenorizada do comportamento, discrepâncias e uniformidade tanto nas contas patrimoniais e de resultado na avaliação das atividades operacionais da empresa, ou seja, consiste na verificação do comportamento de valores significativos dentro da organização.

O próximo tópico retrata sobre os riscos de auditoria, que são aspectos que possam afetar o auditor no alcance de seus objetivos.

2.4.3 Riscos de Auditoria

Para Velter e Missagia (2015), risco de auditoria é o risco de que o auditor expresse uma opinião de auditoria inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante, podendo ser riscos inerentes, de controle e de detecção.

Riscos inerentes, de acordo com o Conselho Federal de Contabilidade, em sua NBC TA 200, são distorções que possam ser relevantes, individualmente ou em conjunto com outras distorções. Risco inerente é aquele comum a qualquer atividade empresarial, representando a falta de controle interno específico para prevenir ou detectar atos.

Segundo Melo e Santos (2017), risco inerente é a possibilidade de ocorrência de erros ou irregularidades relevantes antes da eficácia dos controles internos. Geralmente, são relacionados com a atividade-fim da organização. Para minimizar esse risco, é preciso conhecer do negócio e das particularidades da empresa como um todo, assim como conhecer as perspectivas da economia em relação ao segmento da empresa.

Riscos de controle, segundo Velter e Missagia (2015), referem-se à possibilidade de ocorrência de erro em um saldo ou conjunto de transações que não possa ser evitado pelos controles internos.

Franco e Marra (2011) também partilham desse conceito, dizendo que riscos de controle ocorrem quando o controle interno da entidade auditada não consegue detectar erros ou irregularidades.

Riscos de detecção, de acordo com Lins (2017), representam a possibilidade dos procedimentos executados pela auditoria não serem capazes de detectar um erro material em uma conta ou em conjunto de transações, ou seja, não detectem uma distorção existente que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções.

Os riscos de auditoria, segundo Almeida (2012), são relativos, ou seja, não podem ser padronizados, considerando que não se manifestam de forma idêntica em todas as organizações ou em todas as demonstrações financeiras. Por isso, para avaliação de riscos de auditoria, o planejamento da auditoria deve ser um processo que se renova a cada novo procedimento.

Para mitigar esses riscos e obter evidências relevantes e verídicas para emissão de sua opinião, o auditor precisa ter um planejamento prévio. Tal assunto será abordado no próximo tópico.

2.4.4 Planejamento de auditoria

Para Melo e Santos (2017), no planejamento, definem-se as diretrizes, os objetivos e as ações necessárias para a realização de uma auditoria de forma eficaz. Nessa fase, inclui a necessidade de considerar os procedimentos analíticos a serem aplicados à avaliação de riscos, a determinação da materialidade e o entendimento das leis aplicáveis a entidade a ser auditada.

Segundo Peter e Machado (2014), a materialidade refere-se ao montante de recursos financeiros envolvidos, encontrados durante a realização dos exames, sendo sua identificação relevante na avaliação da gestão.

Ou seja, materialidade pode ser definida “como o valor mínimo para o qual a ocorrência de um erro não detectado pode vir a causar distorções significativas nas demonstrações contábeis. Nesse sentido, para todos os valores considerados materiais serão efetuados análises, testes e ajustes” (LINS, 2017, p. 252).

O planejamento adequado pressupõe a formulação de um programa de auditoria que, segundo Franco e Marra (2011), consiste no plano de trabalho para exame de área específica, devendo ser flexível, permitindo mudanças durante o andamento das verificações. Constitui num importante papel de trabalho, servindo como registro do serviço executado e dos procedimentos aplicados durante a auditoria.

De acordo com Luz (2015), programa de auditoria é um roteiro, no qual estão previstos os procedimentos que serão realizados para que os objetivos sejam atingidos.

Melhem e Costa (2012) também falam sobre o assunto, retratando que o programa de auditoria representa o detalhamento das ações necessárias para compreensão dos procedimentos que serão aplicados.

A elaboração do programa implica decidir quais os procedimentos serão aplicados durante a auditoria, que se fundamentam em métodos próprios da auditoria, sendo estes o tema do próximo tema desta pesquisa.

2.4.5 Procedimentos utilizados na Auditoria

Segundo Attie (2011), procedimentos de auditoria são as investigações técnicas que, tomadas em conjunto, permitem a formação fundamentada na opinião do auditor sobre o trabalho realizado.

Os procedimentos de auditoria permitem ao auditor obter evidências ou provas para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações contábeis. Para Franco e Marra (2011), as técnicas utilizadas incluem os seguintes procedimentos:

Quadro 4 - Procedimentos de auditoria

(continua)

Confirmação externa (circularização).
Inspeção Física.
Contagem dos itens físicos.
Exame ou obtenção de comprovantes autênticos.
Revisão profunda dos critérios de validação e exame de sua conformidade com os princípios contábeis.
Exame de registros auxiliares e fiscais e sua repercussão nos registros contábeis principais.
Obtenção de informação de várias fontes fidedignas e cruzamento dessas informações.

Fonte: Adaptado de Attie (2011).

Quadro 4 - Procedimentos de auditoria (continuação)

Conferência de somas e cálculos.
Estudo de métodos operacionais.
Avaliação dos controles internos.

Fonte: Adaptado de Attie (2011).

A confirmação externa ou circularização, de acordo com Almeida (2012), é utilizada para confirmar bens de propriedade da empresa em poder de terceiros, direitos a receber e obrigações, ou seja, é a confirmação de fatos alegados pela empresa auditada. A inspeção física consiste em identificar a existência real de bens em poder da empresa declarados nas demonstrações contábeis.

Para Franco e Marra (2011), a contagem de itens físicos é a realização do inventário dos estoques, matéria-prima, materiais secundários e almoxarifado, visando constatar a existência física destes itens. Exame de comprovantes autênticos visa examinar documentos que deram origem aos lançamentos contábeis. Revisão dos critérios de avaliação é verificar se a conformidade do Balanço Patrimonial com os princípios contábeis; o exame de registros auxiliares e fiscais é verifica-se algumas contas sintéticas do Razão da empresa precisam de controle analítico; obtenção de informações de várias fontes é a busca o auditor de diversas fontes, internas ou externas, para chegar a suas conclusões.

Segundo Almeida (2012), a conferência de cálculos se dá quando o auditor efetua conferência de somas e cálculos que a empresa lhe apresenta; e o estudo dos métodos operacionais significa observar a forma como são desenvolvidas as operações da entidade. Na avaliação dos controles internos, quando o auditor avalia os procedimentos e rotinas da organização a fim de determinar seus procedimentos de auditoria.

Dentre os procedimentos e técnicas utilizadas no processo de auditoria, Peter e Machado (2011) citam a triangulação, que consiste no uso de diferentes métodos de pesquisa, quantitativos e qualitativos para estudar o mesmo assunto, com o objetivo de fortalecer e dar maior credibilidade às conclusões obtidas. O autor também cita o benchmarking, que é uma técnica voltada para a identificação e a implementação de boas práticas de gestão, realizando comparações de desempenho, com o objetivo de determinar se é possível melhorar o trabalho desenvolvido em uma empresa.

Após a realização dos procedimentos para obtenção de evidências para comprovar sua opinião, o auditor faz uso dos papéis de trabalho, ou seja, documentos que dão suporte para a emissão do relatório. Tal assunto é abordado no tópico a seguir.

2.4.6 Papéis de trabalho

Papéis de trabalho, segundo Melhem e Costa (2012), representam documentos preparados pelo auditor que provem do trabalho realizado e dão embasamento para a emissão de relatórios e da opinião sobre as demonstrações contábeis.

De acordo com Luz (2015), os papéis de trabalho são o instrumento de trabalho do auditor, as evidências na realização do trabalho, assim como os dados que fundamentaram sua opinião.

Na visão de Velter e Missagia (2015), os papéis de trabalho constituem documentos e registros dos fatos, informações e provas, obtidos no decorrer do processo de auditoria, com o intuito evidenciar os processos realizados e dar suporte à sua opinião, críticas, sugestões e recomendações. Os papéis de trabalho devem ter abrangência e detalhamento suficiente para possibilitar a compreensão dos procedimentos aplicados e das conclusões alcançadas pelo profissional de auditoria.

O Conselho Federal de Contabilidade, em sua NBC T 11, cita que os papéis de trabalho integram um registro organizado de registros de evidências, destinando-se a ajudar no planejamento e execução da auditoria, facilitar a revisão do trabalho e registrar as evidências do trabalho executado pelo auditor, bem como para fundamentar a opinião do auditor. Devem estar registradas informações relativas ao planejamento da auditoria, os procedimentos aplicados, os resultados obtidos e suas conclusões, sendo necessário incluir o juízo do auditor sobre as questões significativas.

Para Franco e Marra (2011), dentre os papéis de trabalho, deverão estar inclusas as demonstrações contábeis auditadas, razão, folhas de análise de contas do ativo, do passivo, receitas, despesas e patrimônio líquido. Também deverão incluir as confirmações por meio do processo de circularização, questionários de controle interno, estatuto ou contrato social da entidade, atas de reuniões de assembleias gerais e dos Conselhos de Administração e Fiscal. Além disso, deverá constar o contrato de realização de auditoria entre auditor e empresa, assim como as datas em que os trabalhos deverão se encerrar, e os relatórios entregues. Esses documentos deverão ser organizados e juntados segundo sua finalidade no processo de auditoria.

Almeida (2012) diz que os papéis de trabalho precisam ser revisados e assinados, para garantir que o trabalho foi executado de acordo com as normas de auditoria. Precisam ser arquivados e codificados, para facilitar o acesso às informações, devendo ser conservados pelo prazo de cinco anos. Esses documentos são de propriedade dos auditores e representam o

registro do trabalho realizado e a base para confecção de sua opinião e suas conclusões; portanto, devem manter controle adequado, sigilo e evitar que terceiros não autorizados tenham acesso aos papéis de trabalho.

A seguir, serão apresentados os relatórios de auditoria, que representam o produto do trabalho realizado pelo auditor.

2.4.7 Relatórios de Auditoria

Segundo Franco e Marra (2011), os relatórios emitidos pelos auditores independentes variam de acordo com o tipo de trabalho realizado. A opinião do auditor deve ser devidamente comprovada através dos papéis de trabalho, com total imparcialidade e independência. Os principais tipos de opinião de auditoria apresentados no **Quadro 5**, na próxima página.

Quadro 5 - Tipos de relatórios emitidos por auditores independentes.

Relatórios em forma curta, chamados de parecer ou opinião do auditor.
Relatórios em forma longa, que descrevem de forma analítica os trabalhos realizados.
Relatórios sobre controle interno, fazendo sugestões e recomendações para melhoria desses controles.
Relatórios sobre revisão limitada, em que o auditor apenas descreve os trabalhos que realizou, sem expressar opinião sobre demonstrações contábeis.
Relatórios especiais, que poderão decorrer de trabalho diversos executados pelo profissionais de auditoria.

Fonte: Adaptado de Franco e Marra (2011).

Silva (2010) cita que a opinião ou parecer do auditor trata da qualidade das demonstrações contábeis em relação aos princípios e práticas contábeis de aceitação geral e apropriadas e a demonstrações e notas explicativas com informações suficientes para seu uso e interpretação.

De acordo com Almeida (2017), a opinião do auditor informa se as demonstrações financeiras representam, adequadamente e com veracidade, a situação patrimonial e financeira da empresa, trazendo segurança para os usuários destes demonstrativos.

A opinião de um auditor “precisa ser redigida com objetividade e clareza, em qualquer circunstância, seja em condições favoráveis ou não, e apresentar as razões que motivaram o auditor a tal conclusão” (ATTIE, 2011, p. 15).

Segundo Peter e Machado (2014), a opinião do auditor sem ressalva demonstra que as demonstrações estão livres de distorção relevante e que estão em conformidade com a estrutura de relatório contábil aplicável.

Opinião com ressalva, na visão de Almeida (2012), o auditor obtém evidência de auditoria apropriada e suficiente e chega à conclusão que as distorções são relevantes, mas não generalizadas nas demonstrações contábeis.

Parecer ou opinião adversa, para Melhem e Costa (2012), são emitidos quando o auditor discorda de forma significativa das demonstrações financeiras apresentadas, ou seja, estas não estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e não representam a situação financeira e patrimonial da organização.

Abstenção de opinião, segundo Franco e Marra (2011), ocorre quando o auditor não tem condições e elementos suficientes para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis que estão sendo auditadas.

O trabalho do auditor externo ou independente é favorecido pelo uso eficaz de controles internos, garantindo adequação das informações fornecidas pela entidade. Tal assunto será abordado no tópico a seguir.

2.5 Controles Internos

Controles internos, na visão de Melo e Santos (2017), são normas e procedimentos adotados na empresa para assegurar a proteção de bens e valores, podendo vir a garantir a adequação e tempestividade das informações.

Para Luz (2015), os controles internos auxiliam os gestores ordenando as atividades internas da empresa. Grande parte do processo de auditoria, principalmente na interna, é saber se eles estão sendo seguidos e se são eficazes.

Na visão de Franco e Marra (2011), quanto melhores e mais eficientes os controles internos da empresa, mais segurança o auditor tem com relação aos procedimentos e exames que utiliza durante o trabalho. Essa eficiência também reduz o tempo a ser empregado pelo auditor na empresa, e, conseqüentemente, reduz custos para a organização. Para avaliação desses controles, o auditor terá que usar seus conhecimentos e sua experiência para acurar o grau de confiança que pode depositar na eficiência desses processos.

Segundo Peter e Machado (2014), o controle interno, referido também como controles administrativos, inclui o plano da entidade, bem como os métodos e procedimentos para cumprir seus objetivos e metas, incluindo o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar as operações, bem como a utilização de os sistemas para medir, informar e monitorar o desempenho.

De acordo com Maffei (2015), controle interno é um processo que se destina a promover razoável segurança quanto a atingibilidade e eficiência operacional, confiabilidade das informações financeiras e conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis à entidade. O controle interno deve adotar a postura preventiva, prospectiva e proativa na minimização e antecipação de riscos e deve levar em conta a opinião dos auditores independentes para manter atualizada a sua matriz de riscos e seus processos de monitoramento.

Os objetivos dos controles internos são fornecer à contabilidade dados corretos e propiciar exatidão na escrituração e evitar desperdícios, erros e fraudes e, se ocorridos, identificá-los. Os controles internos são os instrumentos da entidade destinados à fiscalização e verificação administrativa, “que permitem prever, observar, dirigir ou governar os acontecimentos que se verificam dentro da empresa e que produzem reflexos em seu patrimônio” (FRANCO; MARRA, 2011, p.267).

Segundo Padoveze (2012, p. 33), “a missão da controladoria é assegurar a eficácia da empresa por meio da otimização de seus resultados”. Ou seja, dá suporte à gestão de negócios da empresa, de modo a facilitar que esta atinja objetivos preestabelecidos, protegendo o patrimônio e garantindo transparência aos processos da organização.

Almeida (2012) diz que o controle interno refere-se ao conjunto de métodos e rotinas, como o objetivo de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar os gestores na condução de maneira ordenada dos negócios da organização, sendo de responsabilidade da administração da entidade estabelecer o sistema de controle interno e sua verificação. Com isso, não faz sentido ter um bom sistema de controle implantado, se não ocorre a fiscalização do mesmo. Por isso, a auditoria interna é importante, sendo seu intuito verificar se as normas internas estão sendo seguidas.

Segundo o autor citado acima, os auditores, sejam eles internos ou independentes, fazem parte de um bom processo de gestão ou governança corporativa, pois representam o mais relevante instrumento de monitoramento dos controles internos, atividades e processos realizados pela entidade.

2.6 Governança Corporativa

De acordo com Maffei (2015), governança corporativa é o método pelo qual as empresas são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre conselho de administração, diretoria e órgãos de controle. As boas práticas de governança corporativa convertem princípios em procedimentos objetivos, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização.

Na visão de Ventura, Fontes Filho e Soares (2009), governança corporativa trata do plano estratégico da empresa, representado os arranjos institucionais que regem as relações entre associados, no caso de cooperativas, e a administração da empresa. É o sistema pelo qual as empresas são dirigidas e monitoradas, cabendo aos gestores empregar técnicas que permitam à entidade maximizar sua relação com o ambiente, contribuindo para sua longevidade, tendo como princípios básicos:

Quadro 6 - Princípios das boas práticas de governança corporativa.

Transparência, que significa disponibilizar aos usuários informações relevante e não apenas aquelas exigidas por leis e regulamentadas.
Equidade, que representa tratamento justo e igualitário para todos os sócios e stakeholders.
Prestação de contas ou <i>accountability</i> , no qual os agentes de governança devem assumir consequência de seus atos.
Responsabilidade corporativa significa o zelo pela sustentabilidade das organizações, incorporando em seus negócios a parte social e ambiental.

Fonte: Adaptado de Maffei (2015)

Governança corporativa, na visão de Gramling, Rittenberg e Johnstone (2012), é um processo pelo qual os proprietários e credores de uma instituição exercem controle e exigem prestação de contas do uso dos recursos confiados à organização. Os associados ou acionistas elegem um conselho de administração para supervisionar as atividades da empresa e a sua prestação de contas, fazendo uso dos resultados da auditoria interna e externa para essa supervisão.

A auditoria interna, por meio dos controles internos, possibilita às empresas manter a exatidão de sua contabilidade, assim como a verificação de fatos que ocorrem e que podem afetar o funcionamento da entidade. Segundo Franco e Marra (2011), essas funcionalidades

são tratadas com atenção especial pelas instituições financeiras, incluindo cooperativas de crédito, por estarem sujeitas à fiscalização do Banco Central do Brasil.

2.7 Sociedades Cooperativas

As sociedades cooperativas podem ser definidas como sendo “sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica própria, de natureza civil, não sujeita à falência, constituída para prestar serviços aos associados” (AZEVEDO; SENNE, 2006, p. 177).

De acordo com Almeida (2012), as sociedades cooperativas são instituições que tem como propósito melhorar o meio social entre as pessoas e pequenos capitalistas. Sua finalidade é fazer com que esses pequenos empresários fiquem independentes das grandes indústrias. A cooperativa constitui-se mediante contrato, contendo o estatuto pelos quais se há de reger a sociedade e, com relação à administração, possui três órgãos administrativos: diretoria, conselho fiscal e assembléia geral, sendo os órgãos integrados unicamente por associados.

Conforme a Lei nº 5.764/1971, a Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária é o órgão supremo da sociedade, dentro dos limites legais e estatutários, tendo poderes para decidir negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento desta. Suas deliberações vinculam todos os associados, ainda que ausentes ou discordantes.

Segundo Oliveira (2015), para que as cooperativas tenham uma vantagem competitiva, é preciso que elas façam parte de um modelo eficiente, eficaz e efetivo para que, assim, possa manter sua competitividade. As cooperativas levam em consideração um bem comum, sendo que sua existência está relacionada com a evolução da comunidade onde elas estão instaladas, tendo como objetivo levar aos associados os melhores serviços e contribuir para o desenvolvimento econômico.

De acordo com Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2004), as sociedades cooperativas têm princípios, sendo estes especificados no **Quadro 7**.

Quadro 7 - Princípios das sociedades cooperativas(continua)

Adesão livre e voluntária.
Gestão democrática e livre.

Fonte: Adaptado de OCB (2004)

Quadro 7 - Princípios das sociedades cooperativas

(continuação)

Participação econômica dos associados.
Autonomia e independência.
Educação, formação e informação.
Inter cooperação.
Preocupação com a comunidade (responsabilidade social).

Fonte: Adaptado de OCB (2004)

As cooperativas buscam promover o desenvolvimento econômico, sem perder o foco do social. O ramo de crédito, seguindo os princípios do cooperativismo, tem o objetivo de “facilitar o acesso ao mercado financeiro aos associados com melhores condições que as instituições bancárias tradicionais” (OCB, 2004, p.92).

Nos conceitos de Niyama e Gomes (2012), as cooperativas de crédito são instituições financeiras privadas, com personalidade jurídica própria e praticam operações semelhantes às dos bancos comerciais, limitadas aos seus associados.

Devido à atividade, estão sujeitas às regras e aos normativos do Banco Central do Brasil, que, por meio da Resolução nº 4.454, de 2015, define que as cooperativas de crédito devem ser objeto de auditoria com periodicidade mínima anual. Em seu artigo 3º, define que a auditoria cooperativa deve atender aos dispositivos legais e regulamentares, inclusive no que se refere às regras e práticas de governança e controles internos.

Já a Resolução nº 4.588, de 29 de junho de 2017, dispõe sobre a regulamentação da auditoria interna em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Em seu art. 2º, cita que essas entidades devem implementar e manter atividade de auditoria interna compatível com a natureza, o porte, a complexidade, a estrutura, o perfil de risco e o modelo de negócio da instituição. Também deve dispor das condições necessárias para a avaliação independente, autônoma e imparcial da qualidade e da efetividade dos sistemas e processos de controles internos, gerenciamento de riscos e governança corporativa da instituição e deve estar diretamente subordinada ao conselho de administração.

Sendo as cooperativas de crédito relevantes para a economia e para a sociedade, torna-se relevante estudar instituições regidas sobre esse tipo de sociedade. Esta pesquisa será elaborada em uma Cooperativa de Crédito de Livre Admissão, situada no Centro-Oeste mineiro, tendo como tema auditoria interna.

3 METODOLOGIA

Esta seção apresenta os métodos utilizados na realização do Trabalho de Conclusão de Curso, que teve como propósito demonstrar a importância da auditoria interna em uma Cooperativa de Crédito de Livre Admissão situada em um município do Centro-Oeste mineiro.

3.1 Sob o ponto de vista da abordagem

Sob a forma de abordagem do problema, caracteriza-se como pesquisa qualitativa.

A pesquisa qualitativa, de acordo com Roesch (1999), permite ao pesquisador desenvolver os componentes analíticos e categóricos da explicação, a partir dos dados e não de técnicas estruturadas e altamente quantificadas.

Para Medeiros e Henriques (2017), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, ou seja, trabalha com significados e não com realidade quantificável.

Neste Trabalho de Conclusão de Curso, a pesquisa qualitativa foi evidenciada na realização das considerações sobre a importância de auditoria interna, a partir de entrevistas com os gestores, considerando seu conhecimento sobre o assunto e não em dados quantitativos.

3.2 Sob o ponto de vista dos objetivos

Quanto ao ponto de vista de seus objetivos, a pesquisa foi caracterizada como exploratória e descritiva.

A pesquisa exploratória, segundo Roesch (1999), tem a finalidade de ajudar o pesquisador a obter maior conhecimento sobre o problema da pesquisa.

Segundo Vergara (2004), a pesquisa descritiva busca estabelecer correlações entre variáveis.

Para realização do Trabalho de Conclusão do Curso, a pesquisadora aprofundou sobre o assunto para obter maior conhecimento sobre o problema da pesquisa, através de fontes primárias e secundárias, caracterizando, portanto, a pesquisa exploratória.

Já a pesquisa descritiva foi evidenciada na realização do estudo na unidade de análise, em que a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão é caracterizada.

3.3 Sob o ponto dos procedimentos técnicos

Sob o ponto de vista dos procedimentos técnicos, é uma pesquisa bibliográfica e um estudo de caso.

A pesquisa bibliográfica, de acordo com Medeiros e Henriques (2017), trata-se de levantamento de referências já publicadas, em forma de artigos científicos (impressos ou virtuais), livros, teses de doutorado, dissertações de mestrado. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com o que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir ao cientista “o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações”. Neste trabalho, a pesquisadora buscou referências de autores para ampliar seu conhecimento sobre o tema abordado.

O estudo de caso, de acordo com Vergara (2004), é o método circunscrito a uma ou poucas unidades, sendo especialmente adequado ao estudo de processos e fenômenos com base em vários ângulos.

Gil (2010) complementa que consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetivos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.

Neste estudo, o Trabalho de Conclusão de Curso corresponde a uma Cooperativa de Crédito de Livre Admissão, situada no Centro-Oeste mineiro.

3.4 Unidade de análise

O objeto da investigação é uma Cooperativa de Crédito de Livre Admissão, situada no Centro-Oeste mineiro e fundada há 30 anos, com o objetivo fortalecer o cooperativismo na região. Ela vem desempenhando seu papel financeiro e social junto a seus associados e suas comunidades, baseando-se nos princípios cooperativistas; fazendo cumprir sua missão de gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo, aos associados e às suas comunidades.

Seguindo a Lei 5.764/1971, possui três órgãos administrativos; diretoria, conselho fiscal e assembleia geral, sendo os órgãos integrados unicamente por cooperados. A assembleia é o órgão supremo da sociedade, dentro dos limites legais e estatutários.

Atua de forma ativa no atendimento dos objetivos cooperativistas: adesão livre e voluntária; gestão democrática e livre; participação econômica dos associados; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e responsabilidade social,

buscando constantemente melhorar as condições de vida de seus cooperados e de toda a comunidade na qual está inserida.

3.5 Instrumentos de coleta de dados

Neste Trabalho de Conclusão de Curso, como instrumento de coleta de dados, foi utilizada a entrevista estruturada que, segundo Marconi e Lakatos (2017), o entrevistador segue um roteiro de perguntas pré-estabelecidas, podendo ser perguntas abertas ou fechadas.

As entrevistas foram aplicadas aos membros do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão, buscando obter informações para definir a importância da auditoria interna para essa entidade. Quatro entrevistas foram aplicadas de forma presencial, pelo Diretor Financeiro da entidade, mediante solicitação prévia da autora, por ocasião da reunião dos conselheiros, em 05 de outubro de 2018. Ao outro conselheiro, foi aplicada por e-mail, depois que a pesquisadora solicitou, por telefone, o preenchimento da entrevista.

Os dados secundários, através da pesquisa bibliográfica, foram obtidos de fevereiro a outubro de 2018 pela pesquisadora, com o intuito de buscar conceitos sobre auditoria de autores renomados para atingir os objetivos propostos e responder ao problema da pesquisa.

3.6 Tratamento de dados

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram sujeitos a uma análise de conteúdo.

Segundo Marconi e Lakatos (2017), análise de conteúdo pontua o que foi observado pelo pesquisador ou que foi dito em entrevista, visando alcançar melhor compreensão sobre o assunto. Para tratamento de dados qualitativos, a pesquisadora fez a interpretação das entrevistas aplicadas, considerando os conceitos apresentados no referencial teórico.

Com base na análise realizada e no conhecimento obtido por meio de dados secundários, foram elaboradas as considerações, visando responder aos objetivos da pesquisa e pergunta problema.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa seção apresenta uma análise de conteúdo, por meio de método qualitativo, para responder aos objetivos e à questão problema desta pesquisa. Inicialmente, serão apresentados os benefícios que a auditoria interna traz para a empresa, a partir do conceito de autores. Em seguida, serão apresentadas as respostas das entrevistas aplicadas, com suas respectivas análises e, por último, síntese dos resultados e discussões.

4.1 Benefícios da auditoria interna para a empresa

Dentre os benefícios oferecidos pela auditoria interna, segundo Dias (2015), por meio da verificação e avaliação de sistemas e procedimentos da entidade, há a possibilidade de minimização de probabilidades de fraudes, erros ou práticas ineficazes.

A auditoria interna também funciona como instrumento de apoio à gestão e verifica se o controle interno está em efetivo funcionamento, podendo o auditor, quando cabível, dar sugestões para melhoria ou implantação de controles, caso não existam. Na visão de Crepaldi e Crepaldi (2016), tem por objetivo examinar integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da entidade.

Velter e Missagia (2015) também citam que a auditoria interna tem por finalidade agregar valor à organização, apresentando subsídios para a melhoria dos processos, da gestão e dos controles internos, por meio da sugestão de soluções para as não-conformidades apontadas nos relatórios.

Lins (2017) complementa que a auditoria interna busca a identificação de não-conformidades, prevenção ou detecção de falhas de operação, distorções nas atividades administrativas, possibilitando maior confiabilidade das informações geradas, bem como preservando os ativos da empresa.

O próximo tópico abordará a análise de conteúdo, apresentando as respostas obtidas dos entrevistados, com suas respectivas análises.

4.2 Análise de conteúdo

Para a análise de conteúdo, foi realizada a análise das respostas de entrevistas aplicadas aos conselheiros de uma Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Centro-Oeste mineiro.

Essa entrevista, contendo 10 questões abertas, foi aplicada ao Conselho de Administração da cooperativa, sendo esta composta por 7 associados, com o intuito de responder aos objetivos deste trabalho. Ressalta-se que apenas 5 responderam a entrevista, pois dois dos conselheiros estavam ausentes na reunião realizada no mês de outubro de 2018, dificultando assim que a pesquisadora entrasse em contato com eles.

Para fins de análise e visando garantir o anonimato, os conselheiros estão denominados de A, B, C D eE.

PERGUNTA 1) Vocês possuem auditoria interna na empresa?

Quadro 8 -Respostas dos entrevistados referentes à pergunta 1.

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
A	Sim.
B	Sim.
C	Sim.
D	Sim.
E	Sim. Possuímos auditoria interna, além de auditoria externa, controle interno, <i>compliance</i> e governança corporativa.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Todos os conselheiros responderam sim, que possuem auditoria na cooperativa de crédito, o que é positivo para a entidade, pois, de acordo com Franco e Marra (2011), a auditoria tem como objetivo mensurar a exatidão dos registros, processos e das demonstrações contábeis. Confirmando a veracidade das informações geradas, a auditoria contribui para dar credibilidade da contabilidade fornecida pela organização junto ao mercado.

Na visão de Crepaldi e Crepaldi (2016), a auditoria interna funciona como instrumento de apoio à gestão e verifica se o controle interno está em efetivo funcionamento, podendo o auditor, quando cabível, dar sugestões para melhora ou implantação de controles, caso não existam.

O entrevistado E aprofunda um pouco mais em sua resposta, dizendo que a Cooperativa de Crédito possui não somente auditoria interna, mas também a externa, controle interno, *compliance* e governança corporativa. Isso é favorável para a empresa, pois traz

segurança nas informações geradas e disponibilizadas, assim como possibilita que o processo de tomada de decisões seja mais assertivo.

PERGUNTA 2) Há quanto tempo vocês possuem auditoria interna na cooperativa?

Quadro 9 -Respostas dos entrevistados referentes à pergunta 2.

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
A	Devido ao pouco tempo de contribuição de conselheiro, não sei responder com exatidão, porém é uma exigência da central Crediminas.
B	Todo o período de existência (30 anos).
C	Aproximadamente 30 anos.
D	30 anos.
E	Desde sempre.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

De acordo com as respostas demonstradas no **Quadro 9**, que teve o objetivo de verificar há quanto tempo a cooperativa possui auditoria interna, quatro dos cinco entrevistados responderam que possuem auditoria interna há 30 anos, enquanto o outro, mesmo não sabendo responder com exatidão, reconheceu que a auditoria interna é uma das exigências da Crediminas.

A auditoria interna, por meio dos controles internos, possibilita as empresas manter a exatidão de sua contabilidade, assim como a verificação de fatos que ocorrem e que podem afetar o funcionamento e o patrimônio da organização.

Segundo Franco e Marra (2011), essas funcionalidades são tratadas com atenção especial pelas instituições financeiras, incluindo cooperativas de crédito, por estarem sujeitas a fiscalização do Banco Central do Brasil (BACEN).

PERGUNTA 3) Por que decidiram implantar a auditoria interna?

Quadro 10 -Respostas dos entrevistados referentes à pergunta 3.

ENTREVISTADOS	PERGUNTAS
A	Acredito que por exigência da central Crediminas.
B	Certificação dos controles internos, resolução BACEN.
C	Mitigação de riscos.
D	É um meio de acompanhar o desenvolvimento da cooperativa.
E	Implantamos, porque pelas normas e diretrizes, somos obrigados a ter a auditoria interna. E também pela necessidade e vantagens que ela nos proporciona. Pois a auditoria interna atua como um excelente <i>feedback</i> , extremamente importante à saúde da empresa.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Através das respostas apresentadas no **Quadro 10**, pode-se verificar que os entrevistados reconhecem que a auditoria interna atende às exigências impostas às instituições financeiras, seja por parte da Crediminas quanto pelo BACEN. Para o entrevistado C, a auditoria interna auxilia na mitigação de riscos; já o entrevistado D respondeu que, por meio dessa funcionalidade, é possível acompanhar os resultados da cooperativa. O entrevistado E cita que a implantação da auditoria interna se dá pelo cumprimento de normas e diretrizes, ressaltando que a auditoria interna é necessária e proporciona vantagens, atuando como um excelente *feedback*, importante para a saúde da empresa.

Além do fato que a auditoria interna funciona, de acordo com Crepaldi e Crepaldi (2016), como instrumento de apoio à gestão e verifica se o controle interno está em efetivo funcionamento, a auditoria interna também precisa receber atenção por parte das instituições financeiras, incluindo cooperativas de crédito, por estarem sujeitas a órgãos de fiscalização, como por exemplo, o Banco Central do Brasil.

PERGUNTA 4) Em sua opinião, qual a importância da auditoria da interna dentro da empresa?

Quadro 11 -Respostas dos entrevistados referentes à pergunta 4.

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
A	De suma importância para conferência, sistema de normas e regras assim como controles operacionais.
B	Certificação dos processos internos.
C	Fundamental na boa gestão da cooperativa.
D	A auditoria é uma maneira corretiva no decorrer da cooperativa.
E	É de suma importância, pois é através da A.I. que temos a organização e avaliação de processos e transações da empresa. Além de auxiliar os demais Controles Internos na análise e efetividade das operações realizadas, contribuindo para melhoria e evitando fraudes e corrupção.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Com base nas respostas apresentadas no **Quadro 11**, nota-se que os conselheiros consideram que a auditoria interna é de suma importância para controle de normas, regras e procedimentos operacionais, conforme o entrevistado A. O entrevistado B reconhece que facilita a certificação dos processos internos; o C, que é fundamental na boa gestão da cooperativa; e D, que a auditoria é uma maneira corretiva no decorrer das atividades da entidade. O entrevistado E considera a auditoria interna de suma importância, pois é através dela que se tem a organização e avaliação dos processos e transações da empresa, além de auxiliar os controles internos na análise e efetividade das operações realizadas, contribuindo para melhoria da organização e evitando fraudes e corrupção.

Para Dias (2015), a auditoria interna avalia os procedimentos desenvolvidos pela empresa e busca por possíveis falhas no controle dessas atividades, objetivando minimizar riscos e constatar veracidade e exatidão nos dados e informações geradas, podendo auxiliar os gestores no processo de tomada de decisões e proporcionar maior qualidade e eficiência na organização.

A auditoria, de acordo com Franco e Marra (2011); auxilia na prevenção de erros e fraudes, buscando um melhor funcionamento das entidades, cruzando os dados e analisando a veracidade dos processos contábeis.

PERGUNTA 5) Vocês consideram que a auditoria interna auxilia no processo decisório da cooperativa? Se sim, como?

Quadro 12-Respostas dos entrevistados referentes à pergunta 5.

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
A	Sim, ferramenta importante na confiabilidade das informações, conseqüentemente na tomada de decisões.
B	Sim, tendo em mão revisão dos processos, assim como na validação toma-se a decisão assertiva.
C	Apesar de não ser processo no decisório, nos auxilia em decisões futuras.
D	Sim, verificando todo o desenvolver da cooperativa.
E	Sim, pois através da A.I., podemos ver claramente as falhas, se existentes, e/ou os pontos onde necessita melhorias. Desta forma, as decisões são mais precisas e certas.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A **Pergunta 5** teve como objetivo verificar se os conselheiros da cooperativa de crédito consideram que a auditoria auxilia no processo decisório da empresa, sendo as respostas explanadas no **Quadro 12**.

O entrevistado A respondeu que a auditoria é uma ferramenta importante na confiabilidade das informações e, conseqüentemente, na tomada de decisões. O B acrescenta que, tendo em mãos a revisão dos processos realizados pela cooperativa, auxilia na validação do processo decisório, tornando-o mais assertivo.

O respondente C considera que a auditoria não auxilia no processo decisório, mas auxilia em decisões futuras. O conselheiro D compartilha do mesmo raciocínio de A e C, ao dizer que a auditoria auxilia no processo de tomada de decisões, a partir da verificação de todo o desenvolver da cooperativa. Já, na visão do entrevistado E, a auditoria interna

possibilita a visualização de falhas, se existentes, e dos pontos que necessitam de melhorias, tornando, assim, as decisões mais precisas e corretas.

As respostas dos entrevistados estão condizentes com a visão de Crepaldi e Crepaldi (2016) que dizem que a auditoria interna funciona como instrumento de apoio à gestão.

Velter e Missagia (2015) também falam que a auditoria interna é estruturada em procedimentos, tendo por finalidade agregar valor à organização, apresentando subsídios para a melhoria dos processos, da gestão e dos controles internos.

PERGUNTA 6) Como funciona o processo de auditoria interna dentro da empresa?

Quadro 13 - Respostas dos entrevistados referentes à pergunta 6.

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
A	Análise de processo estruturado e entregue ao gerenciamento departamento específico, que confere e aponta possíveis falhas e erros.
B	Auditoria, revisão dos processos 2 x por ano.
C	Verificação de conformidade em diversos processos.
D	Entendimento minuciosamente dos processos em decorrência.
E	Temos uma Central regional, que é a responsável pela contratação da auditoria. E o processo é deferido pelo Banco Central.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A **Pergunta 6** teve como propósito verificar como funciona o processo de auditoria interna dentro da cooperativa analisada e as respostas podem ser visualizados no **Quadro 13**.

Para o entrevistado A, o processo de auditoria consiste em análise de processos de forma estrutural, sendo entregue ao gerenciamento do departamento específico, para conferência e apontamento de possíveis erros e fraudes. O entrevistado B respondeu à questão, considerando que o processo de auditoria externa ocorre duas vezes por ano dentro da cooperativa de crédito, para atender legislação específica. O conselheiro C disse que o processo de auditoria é a verificação da conformidade em diversos processos dentro da instituição, e D respondeu que o processo de auditoria corresponde ao entendimento minucioso os processos da empresa.

O conselheiro E, assim como o B, abordou a questão da auditoria externa, que, atendendo a exigências da Crediminas e do Banco Central, precisa ser realizada duas vezes por ano.

As respostas dos entrevistados estão coerentes com o raciocínio de Dias (2015), destacando que a auditoria interna avalia os procedimentos desenvolvidos pela empresa e busca por possíveis falhas no controle dessas atividades, objetivando minimizar riscos e constatar veracidade e exatidão nos dados e informações geradas, podendo auxiliar os gestores no processo de tomada de decisões e proporcionar maior qualidade e eficiência na organização.

A auditoria interna pode auxiliar em fraudes, erros ou práticas ineficazes, tendo como principal função a avaliação independente dos processos organizacionais da entidade. Lins (2017) complementa que a auditoria interna busca a identificação de não-conformidades, prevenção ou detecção de falhas de operação, distorções nas atividades administrativas, possibilitando maior confiabilidade das informações geradas, bem como preservando os ativos da empresa.

PERGUNTA 7) Quais as áreas da empresa que passam por auditoria interna?

Quadro 14 - Respostas dos entrevistados referentes à pergunta 7.

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
A	Cadastro de associados, créditos, e arquivos.
B	Todas as áreas.
C	Várias, praticamente todas.
D	Todo o desenrolar dos processos e andamento da cooperativa.
E	Todas as áreas.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A **Pergunta 7** teve como objetivo diagnosticar quais as áreas da empresa passam por auditoria interna. As respostas dos conselheiros estão evidenciadas no **Quadro 14**.

Para o entrevistado A, as áreas de cadastro, crédito e arquivo passam pela auditoria interna. O entrevistado B respondeu que todas as áreas são submetidas à auditoria; o conselheiro C, que praticamente todas as áreas; o respondente D, que todo o desenrolar dos

processos e andamento da cooperativa e E respondeu que todas as áreas passam pela auditoria.

A partir dessas respostas, pode-se verificar que os processos da Cooperativa de Crédito passam por auditoria interna, garantindo segurança nas informações geradas dentro da instituição. Por meio desta avaliação, também é possível minimizar fraudes e erros.

PERGUNTA 8) Na sua visão, quais as características necessárias para um profissional de auditoria interna?

Quadro 15 - Respostas dos entrevistados referentes à pergunta 8.

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
A	O profissional deve ter ética, profissionalismo, serenidade e constante concentração em análise. Com profundo conhecimento do assunto.
B	Conhecimento de normativos e processos.
C	Conhecimento geral nos processos se desenvolvidos, preferencialmente com graduação em contábeis.
D	Conhecimento em sua totalidade de processos e um conhecimento com graduação em contábeis.
E	O profissional deve ter capacitação, conhecimento e competência na área contábil e controladoria, além do certificado do curso, que é exigido.

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

Ao observar as respostas no **Quadro 15**, referente à pergunta 8, que teve por objetivo verificar quais as características para um profissional de auditoria interna, pode-se observar que o entrevistado A citou, além dos conhecimentos sobre o assunto, características pessoais, como ética, profissionalismo, serenidade. Já os entrevistados B, C e D disseram que as características para o auditor é o conhecimento e graduação em Ciências Contábeis.

O conselheiro E cita que o profissional deve ter capacitação, conhecimento e competência na área contábil e controladoria, além do certificado do curso, que é exigido.

A resposta dos entrevistados condiz com o disposto pelo Conselho Federal de Contabilidade (2008), na NBC P 1, ao assumir a responsabilidade de uma auditoria, o profissional deve ter conhecimento da atividade da entidade auditada, de forma suficiente para analisar as transações efetuadas e as práticas contábeis adotadas pela empresa, para que sua opinião seja coerente com a realidade.

Franco e Marra (2011) também fala sobre a questão do conhecimento, ressaltando que o profissional de auditoria deve ser eficiente, ou seja, ter conhecimento sobre a matéria fundamental da sua profissão, que é a contabilidade.

PERGUNTA 9) Os controles internos são monitorados dentro da cooperativa? Se sim, como é feito esse monitoramento?

Quadro 16 - Respostas dos entrevistados referentes à pergunta 9.

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
A	Sim, existe um profissional específico que monitora tanto os processos operacionais, quanto os registros das tomadas de decisão do conselho administrativo.
B	Sim, mensalmente pela diretoria, Conselho de Administração e Fiscal.
C	Sim, por meio de checklist.
D	Sim, mais para conhecimento e sanar algumas dificuldades.
E	Sim, são monitorados pelo Conselho e Diretoria, através de reuniões mensais, apresentação de relatórios e planilhas.

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

A **pergunta 9** tem o intuito de verificar se os controles internos são monitorados dentro da empresa e de que forma é feito esse monitoramento, sendo as respostas para esta questão apresentadas no **Quadro 16**.

Quanto à existência do monitoramento dos controles internos, todos os conselheiros responderam que sim. O entrevistado A ressalta que existe um profissional específico para monitorar tanto os processos operacionais, quanto os registros das tomadas de decisão do Conselho de Administração.

O respondente B ressalta que o monitoramento é realizado mensalmente pela Diretoria, pelo Conselho de Administração e Conselho Fiscal; o C que é realizado por meio de checklist. Já, na visão do conselheiro D, o controle dos processos é feito para adquirir mais conhecimento e sanar algumas dificuldades.

O entrevistado E enfatiza que o monitoramento é feito pelos Conselhos de Administração, Fiscal e pela Diretoria, através de reuniões mensais, apresentação de relatórios e planilhas.

A existência de monitoramento dos controles internos está de acordo com os conceitos apresentados por Franco e Marra (2011), que dizem que os controles internos são os instrumentos da entidade destinados à fiscalização e verificação administrativa, permitindo prever e governar os acontecimentos dentro da empresa e que produzem reflexos em seu patrimônio.

Para Luz (2015), os controles internos auxiliam os gestores ordenando as atividades internas da empresa. Grande parte do processo de auditoria, principalmente na interna, é saber se eles estão sendo seguidos e se são eficazes.

De acordo Velter e Missagia (2015), dentre os procedimentos de auditoria interna, estão os testes de observância, que visam à obtenção de uma razoável segurança de que os controles internos estão em pleno funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos colaboradores e gestores da empresa.

PERGUNTA 10) Para você, os controles internos estão correlacionados com a atividade de auditoria interna? Justifique sua resposta.

Quadro 17 - Respostas dos entrevistados referentes à pergunta 10.

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
A	Sim, os controles internos são a ferramenta fundamental para a auditoria interna.
B	Sim, monitorando.
C	Sim, acredito ser basicamente uma auditoria constante
D	Sim, penso que a auditoria deve ser constante e monitorada.

E	Sim, estão correlacionados, embora sejam coisas distintas com competências diferentes.
---	--

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

A **pergunta 10** teve por objetivo verificar a correlação dos controles internos com a auditoria interna, nos conceitos dos membros do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão. As respostas para esta pergunta encontram-se no **Quadro 17**.

Para todos os entrevistados, existe correlação entre controles internos e auditoria. Quanto às justificativas, o conselheiro A citou que os controles internos são a ferramenta fundamental para a auditoria interna, B, que a correlação é feita pelo monitoramento, C, que os controles internos são basicamente uma auditoria constante.

O entrevistado D disse que a auditoria interna deve ser constante e monitorada e o E cita que estão correlacionados, embora sejam distintos e com competências diferentes.

Na visão de Almeida (2012), o auditor interno faz parte de um bom processo de gestão ou governança corporativa, pois representa o mais relevante instrumento de monitoramento dos controles internos, atividades e processos realizados pela entidade.

Há uma correlação entre controles internos e auditoria interna no conceito de autores, pois, de acordo com Velter e Missagia (2015), dentre os procedimentos de auditoria interna, estão os testes de observância, que visam à obtenção de uma razoável segurança de que os controles internos estão em pleno funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos colaboradores e gestores da empresa.

PERGUNTA 11 - Em sua opinião, existe uma correlação a auditoria interna com a governança corporativa? Justifique sua resposta.

Quadro 18 - Respostas dos entrevistados referentes à pergunta 11.

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
A	Sim, a governança corporativa depende de uma auditoria interna bem feita para que haja tomada de decisão definitiva.
B	Sim, auditoria é de extrema importância para as tomadas de decisões do conselho, literária (Alta gestão).
C	Claro, é um dos pontos de uma boa governança corporativa.

D	Sim. É um ponto chave para uma boa governança.
E	Sim, a auditoria interna é uma das ferramentas que são utilizadas para o cumprimento das práticas de governança.

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

A **pergunta 11** teve como propósito verificar se há correlação entre auditoria interna e governança corporativa.

Os entrevistados foram unânimes, ao dizer que existe correlação entre uma e outra. O conselheiro A disse que a governança corporativa depende de uma auditoria interna bem feita, para que haja tomada de decisão definitiva. O respondente B cita que a auditoria interna é de extrema importância para as tomadas de decisões do Conselho e C e D responderam que a auditoria interna é um ponto para uma boa governança corporativa. O entrevistado E diz que a auditoria interna é uma das ferramentas utilizadas para o cumprimento das práticas de governança.

As respostas apresentadas possibilitam verificar se que os membros do Conselho de Administração consideram a auditoria interna como peça chave para as boas práticas da governança corporativa que, de acordo com Maffei (2015), é o método pelo qual as empresas são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre conselho de administração, diretoria e órgãos de controle. As boas práticas de governança corporativa convertem princípios em procedimentos objetivos, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização, contribuindo para sua longevidade.

Governança corporativa, na visão de Gramling, Rittenberg e Johnstone (2012), é um processo pelo qual os proprietários e credores de uma instituição exercem controle e exigem prestação de contas do uso dos recursos confiados à organização. Os associados ou acionistas elegem um conselho de administração para supervisionar as atividades da empresa e a sua prestação de contas, fazendo uso dos resultados da auditoria interna e externa para essa supervisão.

A partir do conceito apresentado pelos autores acima, pode-se verificar que o Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão utiliza a auditoria como forma de supervisionar os processos da entidade, facilitando assim seu trabalho de tomada de decisões.

PERGUNTA 12) Como a auditoria interna auxilia na prevenção e detecção de erros e fraudes?

Quadro 19 - Respostas dos entrevistados referentes à pergunta 12.

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
A	Auditoria interna é uma prevenção de erros e fraudes.
B	Através de supervisão e monitoramento dos controles que a organização possui.
C	Com o acompanhamento dos processos, há a correção de erros. Isso também inibe indiretamente a ocorrência de fraudes, a capacidade dos colaboradores também é fundamental nesses processos.
D	Com o acompanhamento e um estudo minucioso dos processos há uma oportunidade de somar erros e irregularidades e tornar impossível a ocorrência de fraudes. Para tanto deve ser capacidade a colaboradores.
E	Através da fiscalização de todas as áreas da empresa, reportando todas as ocorrências para que a integridade da empresa seja sempre mantida.

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

A **pergunta 11** teve como intuito verificar como a auditoria interna auxilia na prevenção e detecção de erros e fraudes.

Considerando o **Quadro 19**, observa-se que o entrevistado A cita que a auditoria é a prevenção de erros e fraudes, B, que auxilia através da supervisão e monitoramento. O respondente C ressalta que com o acompanhamento dos processos, é possível a correção de erros e também inibe indiretamente a ocorrência de fraudes. O conselheiro D considera que, com o acompanhamento e estudo minucioso dos processos, há oportunidade de verificar erros e irregularidades e torna impossível a ocorrência de fraudes e o E cita que isso ocorre através da fiscalização de todas as áreas da empresa, reportando todas as ocorrências para que a integridade da empresa seja mantida.

Segundo Lins (2017), fraude aplica-se a ato intencional de omissão ou manipulação de transações, adulteração de documentos, informações e demonstrações contábeis e erro aplica-se a ato não intencional de desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos na

elaboração de registros e demonstrações contábeis, bem como de transações e operações da entidade. Ou seja, ambos impactam nas atividades e no resultados da empresa; portanto, conforme as respostas apresentadas, a auditoria interna possibilita a inibição dessas práticas dentro da empresa.

5 CONCLUSÃO

As cooperativas de crédito, buscando qualificar os serviços oferecidos aos seus associados e ampliar a satisfação dos mesmos, precisa conhecer os procedimentos internos e verificar se estes estão sendo cumpridos corretamente, utilizando-se da auditoria interna.

A auditoria interna avalia os procedimentos desenvolvidos pela empresa e busca por possíveis falhas no controle dessas atividades, objetivando constatar veracidade nas informações geradas, podendo minimizar erros, fraudes e auxiliar os gestores no processo de tomada de decisões, proporcionando mais qualidade e eficiência na organização.

O auditor interno pode apresentar subsídios no aperfeiçoamento dos processos organizacionais e também trazer mais segurança quanto à exatidão de seus demonstrativos contábeis, garantindo confiabilidade em suas informações.

Esta pesquisa teve por objetivo demonstrar a importância da auditoria interna em uma Cooperativa de Crédito. Para responder ao objetivo proposto, a pesquisadora realizou levantamento bibliográfico sobre o tema e aplicou entrevistas aos membros do Conselho de Administração da unidade analisada.

Desta forma, a pesquisa apresentou a seguinte questão problema: Qual a importância da auditoria interna em uma Cooperativa de Crédito de Livre Admissão situada em um município do Centro-Oeste mineiro?

De acordo com as respostas dos entrevistados, verifica-se que a Cooperativa de Crédito possui auditoria interna, ressaltando que todos os conselheiros afirmaram que ela faz parte da organização há muito tempo. A auditoria interna foi implantada como atendimento às exigências da Lei, mas os respondentes também a consideram como meio de acompanhar o desenvolvimento da cooperativa.

Conclui-se, a partir das entrevistas, que a auditoria interna é importante para prevenção e detecção de erros, fraudes e mitigação de erros. A auditoria é importante para o processo de tomada de decisões, sendo também uma ferramenta utilizada para o cumprimento das boas práticas de governança corporativa.

A auditoria interna funciona como instrumento de apoio à gestão, verificando se os controles internos estão em efetivo funcionamento. Também possibilita maior confiabilidade nas informações geradas e tem por finalidade agregar valor à organização, preservando seus ativos.

Ao falarem sobre auditoria interna, os conselheiros citam sua importância para conferência, tanto de normas e regras, como também de controles operacionais, evitando fraudes, corrupção e certificação de processos internos. Na visão dos gestores, a auditoria interna auxilia no processo decisório da empresa, pois, através dela, visualizam-se as falhas existentes e os pontos onde necessita melhora, tornando as decisões mais claras e assertivas. Como são todas as áreas que passam por processo, há confiabilidade nas informações geradas.

Na visão dos entrevistados, um profissional de auditoria precisa ser ético, com graduação em Contábeis e ser profundo conhecedor de normativos e processos. Também enfatizam que os controles internos são monitorados dentro da cooperativa pela Diretoria, Conselho Fiscal e de Administração e que estes são a ferramenta fundamental para a auditoria interna.

Com base nas entrevistas, observa-se que a prática de governança corporativa depende de uma auditoria interna bem feita, sendo que esta é uma das ferramentas utilizadas para o cumprimento das boas práticas de governança. Por meio das respostas, também nota-se que a auditoria interna auxilia na prevenção e detecção de erros e fraudes, através da supervisão e monitoramento dos controles que a organização possui.

Além das vantagens obtidas por meio da auditoria interna, ao adotar essa ferramenta, a Cooperativa de Crédito está atendendo às normas impostas pelo BACEN, que, em sua Resolução nº 4.588, de 29 de junho de 2017, cita que as instituições financeiras devem implementar e manter atividade de auditoria interna.

Para resultados mais interessantes, sugere-se a realização de pesquisas aplicando-se entrevistas também para a Diretoria e o Conselho Fiscal. Também podem ser realizadas pesquisas correlacionando auditoria interna com controle interno ou governança corporativa.

Dentre as limitações da pesquisa, cita-se o fato de dois dos conselheiros não terem respondido à entrevista, o que poderia ter ampliado a análise e conclusões da pesquisadora quanto ao tema abordado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Amador Paes. **Manual das Sociedades Comerciais: direito de empresas**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria contábil: um curso moderno e completo**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria contábil: abordagem moderna e completa**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

AZEVEDO, Osmar Reis; SENNE, Sílvio Helder Lencioni. **Obrigações Sociais das Entidades sem fins lucrativos e Sociedades Cooperativas**. 1. ed. São Paulo: IOB Thompson, 2006.

BACEN. Resolução nº 4.454, de 17 de dezembro de 2015. Dispõe sobre auditoria cooperativa no segmento de cooperativa de crédito. **Banco Central do Brasil**. Brasília: BCB, 2015.

BACEN. Resolução nº 4.588, de 29 de junho de 2017. Dispõe sobre a atividade de auditoria interna nas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Banco Central do Brasil**. Brasília: BCB, 2017.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional do cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Nacional, 1971.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade**. 3. ed. Brasília: CFC, 2008. Disponível em: <www.cpc.org.br/cpc/documentos-emitidos/pronunciamentos.html>; Acesso em: 24 set. 2018.

CREPALDI, Sílvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Auditoria contábil: teoria e prática**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DIAS, Sérgio Vidal dos Santos. **Auditoria de processos organizacionais: teoria, finalidade, metodologia de trabalho e resultados esperados**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil: normas de auditoria, procedimentos e papéis de trabalho, programas de auditoria, relatórios de auditoria**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRAMLING, Audrey A; RITTENBERG, Larry E; JOHNSTONE, Karla M. **Auditoria**. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning Edições, 2012.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LINS, Luiz dos Santos. **Auditoria:** uma abordagem prática com ênfase na auditoria externa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LUZ, Érico Eleutério. **Auditoria e perícia contábil trabalhista.** 1. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

MAFFEI, José Luiz. **Curso de Auditoria:** introdução à auditoria de acordo com as normas internacionais e melhores práticas. 1.ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho científico.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEDEIROS, João Bosco; HENRIQUES, Antônio. **Metodologia Científica na Pesquisa Jurídica.** 9.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MELHEM, Marcel Gulin; COSTA, RoseneiNovochadlo da. **Auditoria contábil e tributária.** 1.ed. Curitiba: Intersaberes, 2012.

MELO, Moisés Moura de; SANTOS, Ivan Ramos dos. **Auditoria contábil:** atualizada pelas normas internacionais de auditoria emitida pela IFAC com adoção no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Maria Augusta Delgado, 2017.

NIYAMA, Jorge Katsumi; GOMES, Amaro L. Oliveira. **Contabilidade de Instituições Financeiras.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ORGANIZAÇÃO das Cooperativas Brasileiras. **História do Cooperativismo.** 1. ed. Ribeirão Preto: Comunicação e Marketing, 2004.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Manual de Gestão das Cooperativas:** uma abordagem prática. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Controladoria:** estratégica e operacional. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de Contabilidade Básica:** contabilidade introdutória e intermediária. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PERES JÚNIOR, José Hernandez. **Auditoria de Demonstrações Contábeis.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PETER, Maria da Glória Arrais; MACHADO, Marcus Vinicius Veras. **Manual de Auditoria Governamental.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

RIBEIRO, Osni. **Estrutura e análise de balanços.** 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração:** Guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertação e estudos de caso. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, Alexandre Alcântara da. **Estrutura, Análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, Moacir Marques da. **Curso de Auditoria Governamental**: de acordo com as normas internacionais de auditoria pública aprovadas pela INTOSAI. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

VELTER, Francisco; MISSAGIA, Luiz Roberto. **Auditoria para Concursos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira; FONTES FILHO, Joaquim Rubens; SOARES, Marden Marques. **Governança Corporativa: Diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito**. 1.ed.Brasilia: BCB, 2009.

YAMAMOTO, Marina Mitiyo; PACCEZ, Domiraci; MALACRIDA, Mara Jane Contrera. **Fundamentos da Contabilidade**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Modelo de Entrevista Aplicada.....	102
---	-----

APÊNDICE A – Modelo de Entrevista Aplicada

Está sendo realizada uma pesquisa na Cooperativa de Crédito de livre admissão de Luz Ltda., com o objetivo de realizar o Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis na FASF (Luz - MG). A pesquisa refere-se à Auditoria Interna, visando demonstrar sua importância no processo decisório dentro de uma organização.

-Todas as respostas são confidenciais, portanto, não coloque seu nome ou outra forma de identificação na entrevista.

-Sua contribuição é muito importante. Responda sinceramente, expressando exatamente o que pensa e sente a respeito do que está sendo perguntado. Não existem respostas certas ou erradas. A melhor resposta é aquela que expressa sinceramente seu ponto de vista.

-Agradeço sua participação!

- 1) Vocês possuem auditoria interna na empresa?
- 2) Há quanto tempo vocês possuem auditoria interna na cooperativa?
- 3) Por que decidiram implantar a auditoria interna?
- 4) Em sua opinião, qual a importância da auditoria interna dentro da empresa?
- 5) Você considera que a auditoria interna auxilia no processo decisório da cooperativa? Se sim, como?
- 6) Como funciona o processo de auditoria interna dentro da empresa?
- 7) Quais as áreas da empresa que passam por auditoria interna?
- 8) Na sua visão, quais as características necessárias para um profissional de auditoria interna?
- 9) Os controles internos são monitorados dentro da cooperativa? Se sim, como é feito esse monitoramento?
- 10) Para você, os controles internos estão correlacionados com a atividade de auditoria interna? Justifique sua resposta.

- 11) Em sua opinião, existe uma correlação da auditoria interna com a governança corporativa? Justifique sua resposta.
- 12) Como a auditoria interna auxilia na prevenção e detecção de erros e fraudes?